

SER MULHER E SER HOMEM INDÍGENA: PERCEPÇÕES DE DOCENTES INDÍGENAS EM FORMAÇÃO

ET 17 - Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação Docente

Carma Maria Martini ¹
Eliane Rose Maio ²

RESUMO

O artigo objetiva analisar as percepções de docentes indígenas em formação sobre os significados de ser mulher e homem indígena. É uma pesquisa qualitativa, com base nos Estudos Culturais e de Gênero, realizada com dezenove estudantes da Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia, em Ji-Paraná, em formato de entrevista. Os/As participantes associaram o ser mulher e homem aos seus papéis sociais; reconheceram as mudanças ocorridas ao longo do tempo nos papéis de gênero e que as mulheres indígenas conquistaram espaço na esfera pública. Discussões sobre o que é ser mulher e homem indígena pode ser usada para abordar questões de gênero nos cursos de formação de docentes indígenas para compreender os mecanismos que produzem a desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Povos indígenas; formação de docentes indígenas; questões de gênero.

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste texto o resultado de um estudo realizado com o objetivo de analisar as percepções de docentes indígenas em formação sobre os significados de ser mulher e homem indígena. É um recorte de uma pesquisa de doutorado intitulada “Questões de gênero e diversidade sexual: reflexões sobre a formação de docentes indígenas na Universidade Federal de Rondônia”, realizada no período de 2017 a 2021, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, embasada nos Estudos Culturais e de Gênero, realizada com dezenove estudantes da Licenciatura em Educação Básica

¹ Doutora em Educação e docente do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), carmamartini@unir.br;

² Pós-doutora em Educação e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), elianerosemaio@yahoo.com.br.

Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *campus* de Ji-Paraná, pertencentes a doze diferentes povos indígenas de Rondônia, sendo cinco do gênero feminino e quatorze do gênero masculino.

Consideramos que a presente pesquisa contribui para fomentar a discussão sobre a inclusão de questões de gênero nos currículos dos cursos de formação de docentes indígenas, além de dar visibilidade às demandas do movimento das mulheres indígenas, que denunciam o machismo e a violência de gênero enfrentados pelas mulheres indígenas dentro e fora das suas comunidades.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UEM, sob o nº da CAEE: 00938918.2.0000.0104. Envolveu dezenove estudantes indígenas (cinco mulheres e quatorze homens) matriculados/as na Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, *campus* de Ji-Paraná, pertencentes a doze diferentes etnias, a saber: Aikanã, Arara, Arikapú, Jabuti, Kanoé, Karitiana, Kaxarari, Oro Waran Xijein, Sabanê, Suruí, Tupari, Wajuru. Eles/as já atuam em escolas indígenas como docentes e participaram da pesquisa de forma voluntária. A pesquisa está embasada em autores/as da área dos Estudos Culturais e de Gênero, da vertente pós-estruturalista. Os dados foram produzidos durante as aulas presenciais no *campus* da UNIR de Ji-Paraná por meio de entrevista semiestruturada, para isso elaboramos um roteiro de perguntas e às quais foram acrescentadas outras de forma espontânea, de acordo com o andamento das entrevistas. Posteriormente, os dados foram organizados, tratados e analisados de forma qualitativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa está embasada teoricamente em autores e autoras das áreas dos Estudos Culturais e de Gênero, com ênfase na vertente pós-estruturalista. Nessa perspectiva teórica as identidades não são fixas, essenciais ou permanentes, são definidas historicamente e não biologicamente. Portanto, cada ser humano/a assume diferentes identidades que não se unificam em torno de um eu coerente (Stuart HALL, 1997, 2015; Tomaz SILVA, 2014). As identidades são produzidas por meio da marcação das

diferenças estabelecidas nas relações culturais e sociais (Kathryn WOODWARD, 2014).

Portanto, as identidades de gênero possuem diferentes significados em diferentes sociedades e períodos históricos diversos. Assim, gênero é compreendido como uma construção sociocultural que estabelece padrões a ser seguidos, de forma que “ser mulher” ou “ser homem” não depende do sexo biológico, mas sim da corporificação dos papéis sociais e culturalmente construídos e delimitados para cada gênero (Joan SCOTT, 1995; Guacira LOURO, 2014; Márcio OLIVEIRA; Reginaldo PEIXOTO; Eliane MAIO, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados produzidos evidenciaram que todos/as os/as participantes, mesmo que de modo inconsciente, associaram o “ser homem indígena” e o “ser mulher indígena” aos papéis sociais/funções exercidas na organização social de seus respectivos povos. Eles/as consideram que, no passado, “ser homem indígena” estava relacionado aos papéis de protetor, corajoso, guerreiro, provedor e líder. Sua atuação ocorria mais na esfera pública e era dele a tarefa de garantir a segurança e a subsistência da comunidade.

Consoante aos/as participantes, “ser mulher indígena” no passado estava relacionado ao cuidado, cabendo-lhe zelar pelo bem-estar do grupo, complementando o papel do homem para garantir sua existência. Nesse contexto, ela realizava atividades como: cuidar da moradia, preparar os alimentos e as bebidas tradicionais; cuidar dos/as filhos/as e do marido; produzir artesanato; cuidar da roça preparada pelos homens e colher os produtos cultivados; coletar alimentos na mata. Portanto, segundo as concepções dos/as participantes, a atuação das mulheres indígenas no passado ocorria na esfera privada.

As respostas dos/as participantes, a princípio, evidenciam que tanto o homem quanto a mulher indígena exerciam um papel importante na coletividade de seus respectivos povos, mas, com um olhar mais atento, é possível perceber indícios de que eles/as consideram que os homens detinham mais poder e prestígio do que as mulheres, pois lhes atribuem o papel de autoridade, líder ou chefe, e assim consideram que a relação estabelecida entre homens e mulheres era de dominação/subordinação.

Gersem Baniwa (2006) explica que, de um modo geral, as sociedades indígenas tradicionais são igualitárias, seguem princípios ancestrais e orientações cosmológicas específicas de cada cultura, sendo tudo pensado em prol da coletividade. Assim, cada

subgrupo que as compõe tem funções bem definidas que se complementam em suas diferenças para manter o equilíbrio e garantir a existência do grupo.

O papel de liderança, comumente exercido pelos homens no contexto das sociedades indígenas tradicionais, não implica necessariamente uma relação de dominação/subordinação, já que a autoridade é exercida de forma generosa. Essa visão hierarquizada das relações de gênero emerge após o contato com a sociedade não-indígena e, de acordo com Maria Isabel Alonso Alves e Heitor Queiroz de Medeiros (2016), é resultado de tramas históricas engendradas por estereótipos que atribuem às mulheres papéis sociais considerados inferiores.

Em seguida, perguntamos aos/às participantes o que é ser homem e o que é ser mulher indígena na atualidade. Todos/as reconheceram que, com o passar do tempo e com o contato mais intenso com a sociedade não-indígena e com outros povos, ocorreram mudanças significativas no tocante à cultura e aos papéis de gênero no seio de suas comunidades. Consideram que, na hodiernidade, as mulheres indígenas estão gradativamente conquistando mais espaço na esfera pública, procurando estudar, ocupando cargos de professora, agentes de saúde, sendo cacicas e presidentas de associações, dentre outros, além de participar ativamente no movimento indígena.

Percebemos, no entanto, que não fazem uma análise crítica da questão. O fato de as mulheres ao longo do tempo terem ampliado seu espaço de atuação não implica necessariamente que haja mais equidade entre os gêneros. Louro (2014) explica que os gêneros não se produzem de forma “natural” e “neutra”, mas nas e pelas relações de poder. A autora considera que o poder exercido de forma recíproca entre os/as sujeitos/as, na forma de regras e prescrições, gera efeitos sobre suas ações. Por consequência, a ampliação dos direitos das mulheres indígenas não é uma conquista consensual, mas é resultante de disputas travadas em diversos âmbitos sociais e culturais.

Os/As participantes também salientaram que a educação escolarizada tem um lugar de destaque nas comunidades indígenas. Independentemente do gênero, os/as que têm acesso à escola têm mais chances de conseguir postos no mercado de trabalho e de ocupar cargos de liderança nas comunidades e no movimento indígena. Embora o acesso à educação escolarizada é um fator positivo, Baniwa (2006) explica que isso, em alguma medida, interfere na cultura tradicional, pois as lideranças indígenas tradicionais perdem espaço para novas lideranças, sendo comum que estas copiem o exercício do poder dos/as não-indígenas. Os/As líderes (em sua maioria homens) se sentem no direito de decidir

sobre a vida dos/as membros/as da comunidade. Esse modelo hierarquizado cria diferenciações sociais e econômicas que inexistiam nas sociedades indígenas no passado, sendo, portanto, excludente. Além disso, gera conflitos de poder no interior das comunidades e fragiliza sobremaneira a democracia horizontal (BANIWA, 2006).

Apesar dos avanços, os/as participantes da pesquisa percebem que os postos de liderança ainda são ocupados majoritariamente por homens e as mulheres têm mais dificuldade de entrar no mercado de trabalho e de dar prosseguimento aos estudos, pois elas geralmente têm filhos/as muito jovens e muitos maridos não permitem que as esposas estudem, trabalhem fora ou participem do movimento indígena. Célia Nunes Correa (2019), indígena da etnia Xakriabá, afirma que o machismo vivenciado hoje em muitas comunidades indígenas é uma herança dos processos de colonização, pois, mesmo nas sociedades indígenas patriarcais, as lideranças masculinas não tomavam suas decisões sem antes consultar as mulheres.

Diversos/as participantes atribuem as mudanças ao longo do tempo em relação à cultura e aos papéis de gênero a uma “perda cultural” decorrente da convivência de diversos povos em uma mesma terra indígena e do contato com a sociedade não-indígena. Entendemos que esse argumento endossa o discurso utilizado para justificar os projetos de integração dos povos autóctones à sociedade nacional e desqualificar a luta pela demarcação de seus territórios tradicionais. Os/As pesquisadores/as da área de Estudos Culturais, como Stuart Hall (1997), compreendem que tanto a cultura quanto as identidades são formadas e transformadas de forma contínua. As mudanças culturais experimentadas pelos povos indígenas não caracterizam uma “perda cultural”, mas correspondem a uma dinâmica própria das sociedades atuais, marcadas pelo encontro de diferentes culturas. Como explica Nestor Canclini (2015), tais encontros não são neutros, geram conflitos, tensões e envolvem relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o objetivo da pesquisa foi atingido, pois os dados produzidos evidenciaram que os/as participantes da pesquisa associam “ser homem” e “ser mulher” aos papéis sociais exercidos na organização social dos seus respectivos povos, como também percebem que esses papéis foram se modificando com o passar do tempo. No entanto, é perceptível que lhes faltam informações para problematizar as desigualdades

de gênero. Diante do exposto, concluímos que existe uma urgência na inclusão desta discussão nos currículos dos cursos de formação de docentes indígenas e sugerimos que o ponto de partida seja propor pesquisas para os/as estudantes sobre o que significa ser homem e mulher indígena ao longo do tempo, visando à construção de um conhecimento mais elaborado, com embasamento teórico sólido sobre a temática. As discussões podem contribuir para a compreensão dos mecanismos que produzem a exclusão, a opressão e a desigualdade de gênero e, conseqüentemente, a construção de estratégias para superar essa realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Isabel Alonso; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Gênero e educação em contextos indígenas na Amazônia: as relações que constituem a produção identitária das mulheres professoras Arara-Karo do Estado de Rondônia. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 2, p. 257-266, jun. 2016.

BANIWA, Gersem. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CORREA, Célia Nunes. Machismo e homofobia são heranças da colonização, diz primeira mulher indígena a cursar doutorado na UFMG. [Entrevista concedida à] Celina. **O Globo**, 9 ago.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/machismo-homofobia-sao-herancas-da-colonizacao-diz-primeira-mulher-indigena-cursar-doutorado-na-ufmg-23864079>. Acesso em: 03 abr.2021.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo; MAIO, Eliane Rose. A educação enquanto promotora de uma cultura de paz: o foco nas questões de gênero e sexualidade. **Revista Amazônica**, Manaus, v. 3, n. 2, p. 27-39, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil na análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-79, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social de identidade e de diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.

In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.